



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

DECRETO Nº 2.084

*Revogado  
pelo Decreto  
2.399/89*

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DOS PONTOS DE TAXI E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DE AMOEDO CAMPOS NETTO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que os serviços de transporte de taxi é de utilidade pública;

CONSIDERANDO o peculiar interesse do Município e o bem estar da comunidade;

CONSIDERANDO finalmente que é da competência do Município, fixar os locais de estacionamento de taxi, bem como permitir os respectivos serviços de transporte com a fixação das tarifas devidas (letras "b" e "c", inciso XI, art. 3º, Decreto Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969)

## D E C R E T A:

Art. 1º) Todo o proprietário de taxi fica obrigado a obter, junto à Prefeitura Municipal, através de seu órgão de defesa do consumidor - CEDECON - o indispensável "ALVARÁ DE PERMISSÃO", para fins de estacionamento nos pontos.

Art. 2º) A permissão expedida pela Prefeitura - CEDECON - será sempre a título precário e concedida mediante requerimento entregue no protocolo geral, firmado pelo proprietário do veículo, por si ou procurador, que deverá ser seu condutor, ou através de sócio ou empregado regularmente registrado, na forma da lei, sob pena de perda da permissão.

Art. 3º) O requerimento deverá conter os seguintes requisitos:

- I - nome, qualificação e endereço do proprietário do veículo;
- II - prova de propriedade do veículo;
- III - Carteira Nacional de Habilitação Profissional;
- IV - atestado de bons antecedentes criminais e de trânsito, fornecidos pela Delegacia de Polícia;
- V - atestado de saúde, fornecido por órgão público ou profissional habilitado;
- VI - documentos pessoais (RG e CPF);
- VII - Visto do Coordenador Geral

(1)



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

- 02 -

Art. 4º) O Alvará será expedido após o pagamento dos tributos devidos, com vigência por 1 (um) ano, podendo ser renovado a juízo do órgão expedidor.

Art. 5º) Será permitida a transferência de permissão, observando-se, para tanto, a ordem cronológica e preferencial dos pedidos protocolados na Prefeitura, e as exigências contidas no art. 3º, pagos na ocasião os tributos devidos.

§ 1º - A transferência de que cuida o artigo somente será deferida após o decurso de 12 (doze) meses contados da data da expedição do Alvará.

§ 2º - Verificada a transferência, o transmittente somente poderá pleitear novo Alvará de permissão depois de decorridos 5 (cinco) anos.

§ 3º - No caso de falecimento do permissionário, seus herdeiros habilitados terão preferência na continuidade da permissão.

Art. 6º) Fica vedada a permissão ao mesmo proprietário, para mais de um ponto de estacionamento.

Art. 7º) O número de taxi nos pontos será sempre proporcional à população, na razão de 1 (um) veículo para cada mil (1.000) habitantes, segundo dados estatísticos fornecidos pelo IBGE.

Parágrafo Único - Idêntico critério será observado para a distribuição dos veículos nos pontos.

Art. 8º) O Coordenador Geral será escolhido, pelos permissionários, entre seus integrantes, por escrutínio secreto, em dia e hora previamente anunciados, nas dependências da CEDECON.

§ 1º - Na mesma ocasião, o Coordenador Geral, por aclamação dos presentes, escolherá os Coordenadores para cada ponto.

§ 2º - O mandato do Coordenador Geral e dos Coordenadores será gratuito, com vigência por 1 ano, podendo ser reeleitos.

Art. 9º) Compete ao Coordenador Geral zelar para o integral cumprimento do presente regulamento; aplicar penalidades aos faltosos, ouvindo-se para tanto, a CEDECON e o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, com base territorial no Município, tomando as providências cabíveis, com a apresentação de relatório circunstanciado, no caso de falta mais grave, com as provas da alegação; opinar sobre as novas permissões e transferências de ponto.

§ 1º - O descumprimento, pelo Coordenador Geral, do disposto no caput do artigo implicará na perda do mandato, convocando-se outro pleito, pelos permissionários, para escolha de substituto.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

- 03 -

## GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - No caso de inexistir candidato, o cargo de Coordenador Geral será ocupado por elemento nomeado pelo Poder Executivo, podendo a escolha recair em pessoa não integrante da categoria.

§ 3º - Os Coordenadores de cada ponto, conjuntamente com o Coordenador Geral, zelarão pelo cumprimento do contido no presente decreto.

Art. 10) Todos os permissionários deverão cumprir uma jornada de 4 (quatro) horas de trabalho.

Art. 11) No ponto central da cidade é obrigatório o plantão noturno até às 22:00 horas.

§ 1º - Na Estação Rodoviária será mantido plantão permanente das 22:00 horas de um dia às 6:00 horas do dia seguinte, com a manutenção de pelo menos 2 (dois) carros.

§ 2º - Nos plantões noturnos, a Guarda Municipal dará completa cobertura e proteção aos permissionários plantonistas.

§ 3º - O plantão será escalonado pelo Coordenador Geral, obedecendo-se o rodízio diário.

§ 4º - Uma vez escalados, poderão os demais permissionários deixar de comparecer, no horário normal, nos respectivos pontos.

§ 4º - Embora dispensados do plantão noturno, os permissionários dos pontos dos bairros e distrito obrigam-se no atendimento dos usuários quando por estes procurados em suas residências, sujeitando-se, no caso de injustificada recusa, às sanções estabelecidas neste decreto.

Art. 12) Considera-se justificada a ausência do permissionário nos respectivos pontos, quer nos horários normais, como nos plantões, nas seguintes hipóteses:

- a) quando em viagem;
- b) por moléstia e,
- c) por defeito mecânico no veículo, feita a prova, em qualquer dos casos enunciados.

Parágrafo Único - A ausência temporária do permissionário fora dos casos estabelecidos no presente artigo sujeitará o infrator à penalidade prevista neste decreto.

Art. 13) Deixando o permissionário de comparecer no respectivo ponto, por mais de 7 (sete) dias consecutivos, sem motivo justificado, ser-lhe-á sumariamente cassada a permissão.

§ 1º - Aberta a vaga, no caso deste artigo, será ela preenchida, prioritariamente pelo motorista já inscrito que quiser transferir de ponto, observando-se o seguinte critério:

- a) se a vaga ocorrer no ponto 1, o motorista do ponto 2 terá preferência, no caso de desistência, a transferência será feita para o interessado do ponto 3;



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

- 04 -

b) persistindo a vaga, o preenchimento será feito na forma dos §§ seguintes:

§ 2º - O interessado à vaga deverá protocolar pedido, endereçado a CEDECON, que, decorridos 30 (trinta) dias da vacância, fará sorteio entres os candidatos, no caso de mais de um pretendente.

§ 3º - Preenchida a vaga, o interessado recolherá, por ocasião da expedição do Alvará, os tributos devidos.

§ 4º - No caso de falecimento do permissionário, os herdeiros terão preferência na continuidade da permissão.

§ 5º - Sujeitam-se os permissionários, apenados com a cassação, à disposições constantes do § 2º do art-5º.

Art. 14) Depois de cada período de 12 (doze) meses, é facultada ao permissionário, a ausência no respectivo ponto, para gozo de um período de férias de 30 dias corridos, contado da data do deferimento do pedido, pela Prefeitura, obedecendo-se a escala elaborada pelo Coordenador Geral.

Art. 15) A recusa do permissionário no atendimento ao usuário, quer nos horários normais, quer nos plantões, sujeitá-lo-á à penalidade fixada neste decreto.

Parágrafo Único - A recusa de passageiros, pelos permissionários, só será legítima nos casos contemplados no Código de Trânsito e legislação específica.

Art. 16) O permissionário deverá trajar roupa decente, preocupar-se com sua aparência física, tratar o usuário dentro dos padrões de urbanidade e cortezia.

Art. 17) Por necessidade ou conveniência administrativa, poderá o ponto ser transferido para outro local, bem como extinto, a juízo da Prefeitura.

Art. 18) É proibido ao permissionário, nos respectivos pontos:

- I - reparar e lavar os veículos;
- II - colocar bancos ou outro móvel, nos passeios públicos;
- III - praticar qualquer tipo de jogo;
- IV - promover algazarra, discutir com colegas ou usuários.

Art. 19) É vedado ao permissionário:

- I - cobrar preços acima da tabela oficial aprovada pela Prefeitura;
- II - angariar passageiros nas proximidades de outro ponto;
- III - estacionar o veículo fora do respectivo ponto;
- IV - apresentar-se embriagado, quando em serviço;



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

- 05 -

- V - procurar itinerários mais extensos;
- VI - opinar sobre o ingresso de pretendentes às vagas;
- VII - opinar sobre a cassação da permissão;
- VIII - opinar sobre a conveniência ou não da criação de novos pontos ou de sua extinção;
- IX - opinar sobre o remanejamento dos pontos e permissionários,
- X - opinar sobre a tabela de preços.

Art. 20) A tabela de preços será elaborada pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos com base territorial no Município.

Parágrafo Único - A tabela de preços será submetida à apreciação da CEDECON, e só passará a vigorar após sua aprovação e publicação no órgão oficial do Município.

Art. 21) A sinalização dos estacionamentos competirá a Prefeitura, correndo por sua conta todas as despesas daí decorrentes.

Art. 22) Os permissionários infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

- I - advertência escrita;
- II - suspensão por 24 (vinte e quatro) horas, dobrando-se, na reincidência,
- III - cassação da permissão, pelo Prefeito Municipal, após 3 (três) reincidências, ouvida uma comissão conciliadora, constituída pela CEDECON, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, com base territorial no Município e Coordenador Geral.

Art. 23) Os permissionários se obrigam a manter seus veículos em perfeitas condições de higiene, conforto e segurança, segundo as exigências do Conselho Nacional de Trânsito, sob pena de serem retirados de circulação e somente postos novamente em uso após vistoriados.

§ 1º - Todos os carros em boas condições de circulação poderão ser utilizados, independentemente de seu ano de fabricação.

§ 2º - No caso de troca de veículo, o permissionário obriga-se a adquirir outro, pelo modelo mais novo de fabricação.

Art. 24) Comete infração regulamentar o estacionamento de veículos fora dos locais dos pontos previamente estabelecidos pela Prefeitura.

Art. 25) Fica mantido o sistema de rodízio observado para o estacionamento na Estação Rodoviária e de frente à Santa Casa de Misericórdia.

Parágrafo Único - O rodízio referido no artigo será elaborado, por escrito, pelo Coordenador Geral, ouvidos o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos com base territorial no Município e CEDECON.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

- 06 -

GABINETE DO PREFEITO

Art. 26) Fica mantido o número atual de taxi, desde que os permissionários estejam devidamente autorizados pela Prefeitura.

Art. 27) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28) Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 2.003, de 20 de junho de 1985.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos  
11 de agosto de 1986.

LUIZ DE AMOEDO CAMPOS NETTO  
Prefeito Municipal

**Publicação:-**

Certifico que mandei publicar  
o DECRETO nº 2084 no jornal  
"A Comarca" de 14-08-86  
MOGI-MIRIM, 14 de Agosto de 1986

  
SECRETARIO